



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social.

## MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS EM PORTO ALEGRE (2010-2019): APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA

Mailiz Garibotti Lusa<sup>1</sup>  
Tiago Martinelli<sup>2</sup>  
Carolina Piá Verdum<sup>3</sup>  
Tiago Pacheco Almeida<sup>4</sup>

**Resumo:** Trata sobre os movimentos e lutas sociais em Porto Alegre. Apresenta resultados parciais de pesquisa exploratória, baseada no materialismo histórico dialético, com coleta documental, que visa identificar os movimentos sociais, analisando suas demandas, a fim de dar visibilidade às lutas sociais. Aponta os desafios da pesquisa e sinaliza a existência de nova dinâmica e sujeitos das lutas sociais.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; Lutas sociais; Militância; Porto Alegre.

**Abstract:** It's about Porto Alegre social movements and struggles. Presents partial results of exploratory research, based on dialectical historical materialism, with documentary collection, that aims to identify the social movements, analyzing their demands, and give visibility to social struggles. It points out the challenges of research and signals the existence of new dynamics and subjects of social struggles.

**Keywords:** Social movements; Social struggles; Political activism; Porto Alegre.

### 1. PARA UMA INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZADA: apontamentos da conjuntura conservadora, entre o passado e o presente brasileiro

*O capitalismo não funciona na rua. O que o capitalismo quer da rua é a ordem.*  
(SADER, Emir, 1988, p. 18)

Discute-se sobre os movimentos e lutas sociais no município de Porto Alegre (RS), apresentando resultados preliminares que apontam o reconhecimento da organização, funcionamento, atuação política e demandas por direitos sociais destes movimentos e lutas. Tem por objetivo refletir sobre as formas de militância e de resistência desenvolvidas nos últimos anos, contribuindo para futuramente identificar a

---

<sup>1</sup> Professor com formação em serviço social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <mailiz@ufrgs.br>.

<sup>2</sup> Professor com formação em serviço social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <mailiz@ufrgs.br>.

<sup>3</sup> Estudante de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <mailiz@ufrgs.br>.

<sup>4</sup> Estudante de graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <mailiz@ufrgs.br>.

existência de uma nova dinâmica de organização e mobilização dos movimentos sociais. Ao longo dele são socializados os principais resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa intitulada “Movimentos e lutas sociais no município de Porto Alegre (RS): reconhecimento da organização, funcionamento, atuação política e demandas por direitos sociais (2010-2019)”, desenvolvida junto ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No desenvolvimento aborda-se a discussão sobre a democracia e a imprescindível luta dos movimentos sociais. Na sequência trata-se sobre as formas de resistência e militância política e social que são construídas a partir do cotidiano dos sujeitos. Com base nesta discussão, são apresentados os resultados preliminares do levantamento feito sobre as lutas e movimentos sociais em atuação no município de Porto Alegre na última década. Antes de tudo isso, considerando que a discussão sobre as lutas e movimentos sociais não pode ser feita de modo descontextualizado, primeiramente e ainda a título introdutório, são apresentados alguns apontamentos sobre a conjuntura conservadora. Infelizmente, mesmo para o sujeito mais atento e crítico à realidade cotidiana, tais apontamentos são capazes colocar em dúvidas se está se vivendo o passado ou o presente brasileiro.

Para chegar ao cenário de lutas de 2019 é necessário partir da mudança de conjuntura de meados dos anos 2000, quando o Estado brasileiro ganha um novo cariz especialmente com a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o governo federal, inaugurando o momento caracterizado pelo chamado ‘neodesenvolvimentismo’ ou ‘desenvolvimentismo social’ (CASTELO, 2012; PEREIRA, 2012). A nova estratégia de governo não se desloca do domínio neoliberal e neste período, apesar da significativa redução dos índices de pobreza e de miserabilidade, aprofundaram-se as desigualdades sociais e se agravaram as expressões da questão social. Ocorreram investimentos na institucionalização das políticas sociais de forma inédita. Por outro lado, a focalização do atendimento na pobreza, a residualidade das políticas sociais, os processos de estabelecimento de parcerias para a prestação dos serviços sociais, bem como a intensificação da mercantilização dos mais diversos equipamentos impossibilitaram a concretização dos direitos sociais conquistados pelas lutas dos anos 1980 e expressos na Constituição Federal de 1988.

De outro lado, a mesma política neodesenvolvimentista evidenciou a estratégia de gestão através das alianças políticas, transferindo os investimentos sociais para o empresariado, aquecendo o mercado e transferindo o fundo público para a iniciativa privada. Foi menos de uma década e meia de neodesenvolvimentismo social, que, no entanto, conferiu as bases para que, a partir de 2016 a velha política comandada pela burguesia agrário-industrial, retomasse com violência e com ímpeto reacionário e

conservador o comando do Estado brasileiro através dos três poderes. Esse avanço reacionário e conservador foi sendo sustentado pela opinião pública, que com apoio de significativa parcela da população – de todas as classes, especialmente da burguesia – foi devolvendo o poder aos militares, aos ruralistas, ao empresariado nacional e internacional e dando ainda maior mando a um novo grupo de poder: os evangélicos.

Assim, os processos antidemocráticos, que já tinham sido ensaiados ainda nos governos dos Partidos dos Trabalhadores – vide a Lei Antiterrorismo criada no Governo Dilma – são absurdamente aprofundados no governo ilegítimo de Michel Temer, e se consolidam no atual governo de Jair Bolsonaro. Medidas de penalização da classe trabalhadora pela destruição das políticas e dos direitos sociais são efetivadas ainda no ano de 2016 com Temer, a exemplo da Emenda Constitucional (EC) n. 93, que prorroga até 2023 e amplia de 20% para 30% a Desvinculação das Receitas da União (DRU), subtraindo o orçamento da Seguridade Social, e a EC n. 95, que congela o orçamento público das políticas sociais, em especial da saúde e da educação por 20 anos. As medidas antipopulares e perversas para a classe trabalhadora continuaram com as aprovações da Terceirização das atividades fim e da Reforma Trabalhista em 2017. A partir de janeiro de 2019, com Bolsonaro à frente da Presidência da República a situação de penalização da classe trabalhadora apenas se agrava. Todas as medidas tomadas durante os seis primeiros meses de governo, sem exceção, prejudicam sobremaneira a população já explorada e extremamente empobrecida. Desde as medidas para liberação do porte e posse de armas até a destruidora e famigerada reforma da previdência foram adotadas apenas com o intuito de transferir diretamente os investimentos públicos para a iniciativa privada, seja através dos incentivos para a indústria armamentista internacional, seja através da regulamentação do regime de capitalização a aquecer o mercado financeiro através dos fundos privados de pensão.

Neste cenário reacionário e conservador, aumenta extraordinariamente o racismo, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, o machismo patriarcal, o preconceito e discriminação de classe social, por origem geográfica, a xenofobia e tantas outras expressões de violência e de violação de direitos humanos que ainda encontram resguardo constitucional.

Por outro lado, dialeticamente, neste mesmo cenário visualiza-se a construção da resistência através das lutas sociais. Foram inúmeras chamadas para paralisações ou greves gerais que ocorreram desde 2016, através da articulação coletiva da maioria das centrais sindicais com apoio dos movimentos sociais, coletivos e frentes de lutas. As manifestações políticas denunciaram o conservadorismo e reacionarismo presentes na sociedade brasileira e evidenciaram o real motivo desse processo político: as disputas de interesses de classes e a dominação burguesa através da retomada do

Estado, ainda que por meio de estratégias de regime autoritário com o uso da violência e da coerção. Eis que é nesta conjuntura conservadora e reacionária que a ilusão de que se esteja vivendo o passado, muitas vezes falseia a própria realidade presente. É neste quadro que os movimentos e lutas sociais de Porto Alegre persistem na organização e militância social e política, voltada para a construção de novas estratégias de enfrentamento deste cenário conjuntural, sem deixar de acreditar que é possível reverter esta realidade e que a saída é coletiva.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Movimentos sociais, militância e resistência: fundamentos para o reconhecimento dos movimentos e lutas sociais em Porto Alegre**

Conforme o projeto que orientou a investigação, previa-se o desenvolvimento de pesquisa bibliográfica articulada à documental. A primeira seria feita através de fontes secundárias que contivessem produções sobre o tema e pudessem aportar os estudos, o levantamento de dados da pesquisa documental e as discussões de resultado. Neste sentido, foram previstas as principais categorias teóricas de análise que embasariam os trabalhos investigativos para o reconhecimento dos movimentos e lutas sociais em Porto Alegre, quais sejam: lutas sociais; luta de classes; revolução; movimentos sociais; militância; e resistência.

Não obstante a importância da discussão sobre as lutas sociais, lutas de classe e revolução, para fins da construção deste trabalho, expõe-se uma síntese das considerações sobre as categorias movimentos sociais, militância e resistência, uma vez que estas contribuíram diretamente para o levantamento que será apresentado no próximo item do trabalho. Inicialmente, é essencial afirmar a articulação de unidade entre as três categorias e delas em relação à outras categorias teórico analíticas como cotidianidade, direção, hegemonia e democracia. O fundamento desta articulação é a própria dialética presente na realidade e nos processos sociais e de lutas que ocorrem na sociedade, incitados e efetivados por indivíduos e coletividades.

O estudo articulado das categorias possibilita considerar como movimento social um coletivo estruturado que resiste numa relação dialética de produção de interesses contraditórios. Ele se constitui através de indivíduos portadores de certa identidade (LUSA, 2011), que explicitam necessidades na esfera da produção e reprodução social (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2015), pelas quais identificam pontos de reivindicação em comum, geralmente decorrentes do pertencimento de classe e que se mobilizam

coletivamente para exigir respostas às suas demandas ou para enfrentar tais questões. É importante salientar que

[...] os movimentos sociais são heterogêneos quanto à sua base social, afetando amplos setores da população, além do operário tradicionalmente mobilizado. Os movimentos derivariam de contradições específicas e, mesmo que se articulem às relações de produção, não poderiam ser reduzidos às relações de classe (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2015, p. 136).

A estrutura presente nesse tipo de organização se expressa também na existência de lideranças, bases e assessorias em sua estrutura organizativa. Reside neste ponto um dos elementos que podem diferenciar os movimentos sociais entre si (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2015), visto que cada um constitui sua dinâmica interna, a forma de articulação entre a base e as lideranças, o papel e as relações estabelecidas com assessorias, especialmente as políticas, bem como a forma pela qual se relacionam com os partidos políticos e com o próprio Estado.

A segunda categoria refere-se à militância, onde a organização e natureza político-ideológica do movimento ou coletivo de sujeitos determinará as características da militância. Da militância surge o militante, que é aquele que atua e/ou se insere em alguma organização, que no caso da pesquisa, são os integrantes de movimentos sociais. A categoria militância contribui para pensar a articulação que ocorre entre os diversos sujeitos coletivos (movimentos, frentes, coletivos, partidos políticos) no âmbito das lutas sociais, das lutas políticas e das lutas de classe.

Ora, para a conformação de lutas sociais mais amplas, com potencialidade transformadora – logo, revolucionária – haveria a necessidade de articulação dos movimentos sociais com partidos políticos, para que fosse possível a construção de uma contra-hegemonia (GRAMSCI, 2007). Por outro lado, também é importante considerar que “[...] há análises que explicitam que os partidos políticos e os movimentos são instrumentos distintos de luta dos trabalhadores”, ou seja, ambos são importantes, pois ambos conformam as lutas sociais mais amplas. No entanto, “os militantes partidários captam as experiências e reivindicações, transformando-as em propostas políticas que, elaboradas e sistematizadas, são devolvidas aos movimentos”. Desta forma, deve-se atentar que “um partido político é muito mais amplo e tem propostas mais globais para a sociedade do que um movimento” (DURIGUETTO; BAZARELLO, 2015, p. 137), cuja relevância está na incidência direta e, geralmente, efetiva em algum aspecto de demanda social (acesso à moradia ou à terra, por exemplo), ou de violação de direito (combate à violência contra a mulher ou de gênero, combate ao racismo, à homofobia e lesbofobia, entre outros). Assim, os movimentos sociais, a partir da atuação dos seus militantes, expressariam as questões postas no cotidiano de vida das mulheres e homens. Destaca-se que, no período estudado na pesquisa, percebeu-se que tais questões se relacionam especialmente com o padrão sociocultural, o qual aponta ao

recrudescimento do conservadorismo e ao aprofundamento de um movimento reacionário em relação aos poucos avanços que ocorreram nos primeiros anos dos 2000, com a criação e execução de políticas neodesenvolvimentistas, conforme discussão realizada no item introdutório deste trabalho.

Neste sentido, é preciso identificar o cotidiano como campo da singularidade no qual se constituem formas de objetivação produzidas pelos indivíduos e coletivos sociais para responder às necessidades de existência, ou seja, de produção e de reprodução social (HELLER, 1972). É no cotidiano que se explicitam necessidades na esfera da produção e reprodução social, que se constroem identidades comuns de luta, das quais resultam as pautas reivindicatórias e as formas de enfrentamento. Considerando que é fundamental formular projetos alternativos à dominação burguesa como forma de enfrentamento do *status quo*, aponta-se que também é no cotidiano de militância que se constitui uma das formas mais ricas para este enfrentamento: a formação política através do que se transita do senso comum para a consciência crítica (IASI, 2011).

Partindo para a discussão final das categorias, sinaliza-se que é do debate das duas primeiras que surge a resistência. Ela nasce da realidade concreta vivida pelos sujeitos no cotidiano, os quais, em razão da construção de identidades coletivas, de articulações para mobilização por demandas ou para enfrentamentos de situações de negação de direitos, passam a reivindicá-los individual e depois coletiva e organizadamente. Este processo como um todo pode ser identificado como resistência e acontece desde um ato voluntário e/ou espontâneo até o nível de conscientização individual e pequenos grupos dispostos a rebelar-se, organizar-se e reivindicar. É criada por indivíduos e coletivos que se encontram em posição de dominação na estrutura societária. Do ponto de vista lexical, trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução. Sua importância encontra-se *pari passu* em relação à revolução, pois muitas vezes é necessário antes resistir, para depois construir estratégias revolucionárias. Cabe lembrar que

As lutas e os movimentos sociais dos trabalhadores estiveram inscritos, historicamente, em duas estratégias alternativas: a estratégia reformista [...] e a revolucionária, que consistia em procurar, em cada situação, mesmo as mais adversas, as vias para alterar a relação de forças sociais e políticas a favor dos trabalhadores (DURIGHETTO, 2008, p. 64).

Portanto, os movimentos e lutas sociais se mostram relevantes nos processos de construção de alternativas e resistências à coisificação do ser humano e à fragmentação da existência do homem (GUAZZELLI; ADRIANO, 2014), ao

conservadorismo e reacionarismo da sociedade burguesa. A compreensão do papel de resistência, bem como do papel revolucionário dos movimentos e lutas sociais não elide com o papel revolucionário da classe trabalhadora frente ao processo de combate à desumanização burguesa. É preciso que este enfrentamento seja feito sob o horizonte de referenciais emancipatórios, através da perspectiva de totalidade, para a construção de um projeto societário, que tenha como principais “artesãos” os movimentos, lutas e a própria classe trabalhadora.

Dessa forma, movimentos sociais são organizações que expressam resistência às diversas formas de opressões e explorações, ou seja, um movimento de resposta a determinada imposição.

## **2.2 Movimentos e lutas sociais em Porto Alegre**

Preliminarmente, é imperioso ressaltar que o elenco de movimentos e lutas sociais em atuação em Porto Alegre apresentados neste trabalho não é fechado. Pelo contrário, considerando a dinamicidade das mobilizações e organizações dos sujeitos coletivos, mas também que muitas lutas e movimentos não possuem material público e, por último, os limites objetivos de uma pesquisa realizada com poucos recursos, alerta-se o leitor que a relação das lutas e movimentos pesquisados limita-se às próprias condições de pesquisa e ao fato de que ela ainda se encontra em desenvolvimento.

Além disso, o momento político do país tem ocasionado o surgimento de uma nova dinâmica de organização coletiva para a luta. Possivelmente há quem nem identifique alguns grupos, coletivos, frentes e outras formas de militância e organização como lutas e movimentos sociais. Tanto a ocorrência da novidade organizativa, quanto o próprio processo de falta de uma caracterização teórica destas organizações não são novos. Note-se que alguns autores recentemente situaram o surgimento desta novidade a partir do contexto das lutas de 2013 (GOHN, 2017). Mas, ao voltar às análises sobre os movimentos sociais dos anos 1980, à época também se sinalizava a emergência de “novos movimentos populares”, que inicialmente “foram vistos sem muito entusiasmo pelo pensamento ortodoxo da esquerda”, pois acreditava-se que “para derrubar essa situação [autocracia burguesa] era necessário se contrapor ao Estado. Aquilo que não incide sobre o Estado não tem significado”. Logo depois, os mesmos estudiosos dos movimentos sociais perceberam que “havia aí a irrupção de algo novo, para o qual éramos obrigados, se quiséssemos entender, a questionar as nossas próprias referências” (SADER, Eder, 1988, p. 46-47). Com isso, preliminarmente, alerta-se que foram incluídos no levantamento organizações que, segundo as conceituações tradicionais de movimentos e lutas sociais, não entrariam neste elenco.

Antes de apresentar estes movimentos e lutas, também é importante dizer que foi utilizada a pesquisa documental, com levantamento de dados realizados em fontes de domínio públicas, ou seja, de acesso aberto, tais como os blogues e *sites* dos próprios movimentos, coletivos e frentes de luta. Do mesmo modo, foram utilizados materiais coletados durante as manifestações entre os meses de agosto de 2018 e junho de 2019. Por último, considerou-se também como fonte de dados para o levantamento as notícias veiculadas pela mídia tradicional e alternativa, que tratavam sobre os movimentos e lutas sociais em Porto Alegre no período de 2010 a 2019.

Como resultado preliminar o quadro abaixo apresenta as lutas e movimentos sociais, através dos seus dados básicos, como denominação, tipo de organização e principal(is) pauta de luta(s).

**Quadro 1 - Movimentos sociais e lutas sociais em Porto Alegre (2010-2019)**

<b>Denominação</b>	<b>Tipo de organização</b>	<b>Principal área de luta</b>
Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)	Movimento	Direitos sociais
Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Movimento	Campesina
Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	Movimento	Territorial/ Moradia
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Movimento	Moradia
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)	Movimento	Moradia
Movimento de Luta nos Bairros, Favelas e Vilas (MLB)	Movimento	Territorial/ Moradia
Movimento Escola Sem Mordação	Frente social	Educação
Movimento por uma Universidade Popular (MUP)	Frente social	Educação
Movimento Correnteza	Frente social	Educação
Fórum em Defesa do SUS	Frente social	Saúde
Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde	Frente social	Saúde
Frente pela Legalização do Aborto	Frente social	Dir. mulheres
Frente em Defesa do Suas e da Seguridade Social	Frente social	Seguridade social
Pais e Mães pela Democracia	Frente social	Educação
Encontro Literário nas Periferias (ELIPA)	Frente social	Cultura
Frente Grêmio Antifascista	Frente social	Cultura
Frente Inter Antifascista	Frente social	Cultura
Retomada Mbya Guarani	Frente social	Indígena
Balanta: Nenhum Cotista a Menos	Frente social	Étnico-racial
União da Juventude Comunista (UJC)	Coletivo social	Juventude
União da Juventude Rebelião (UJR)	Coletivo social	Juventude



União da Juventude Socialista (UJS)	Coletivo social	Juventude
RUA - Juventude Anticapitalista	Coletivo social	Juventude
Afronte	Coletivo social	Juventude
Alicerce Juventude	Coletivo social	Juventude
Juntos!	Coletivo social	Juventude
Levante Popular da Juventude	Coletivo social	Juventude
Coletivo LGBT Comunista	Coletivo social	Direitos LGBT+
Movimento de Mulheres Olga Benário	Coletivo social	Dir. mulheres
Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro	Coletivo social	Dir. mulheres
Coletivo Negração	Coletivo social	Étnico-racial
Frente Quilombola	Articulação	Quilombola

Fonte: levantamento de dados da pesquisa.

### 2.3 A construção de novas estratégias de lutas: debate dos resultados parciais

A conjuntura política, econômica, social e cultural brasileira, considerada desde a introdução deste trabalho, fez eclodir processos novos de articulação internos aos movimentos e entre os diversos movimentos, entre os movimentos e os partidos políticos. Em Porto Alegre, esta conjuntura acirrou o surgimento e organização de novas estratégias de lutas, como os coletivos, as frentes e fóruns, o que, observa-se, não está desconectado dos processos mais amplos que ocorrem no Brasil.

Estas novas estratégias se colocaram como espaços alternativos de militância para um contingente da população que antes não se percebia como participante de um movimento social, mas que tampouco queria ver-se inerte frente ao cenário que requisitava manifestação e resistência. Este processo faz surgir uma militância social e política em espaços nada convencionais, como dentro das torcidas organizadas dos principais clubes de futebol da cidade, quais sejam, a Torcida Antifascista do Inter e a Torcida Antifascista do Grêmio. Ou ainda, faz surgir organizações fortes, com posicionamentos ético-políticos contundentes, em espaços que não são constituídos pela classe trabalhadora, tal como o 'Coletivo de mães e pais pela Democracia', que foi criado a partir de uma situação de cerceamento da liberdade de expressão de crianças e adolescentes de um colégio privado frequentado pelos extratos de classe média e da classe burguesa de Porto Alegre. Experiências coletivas de articulação e lutas como estas, ainda que tenham um caráter difuso quanto à identidade de classe, configuram-se como espaços de propulsão de questionamentos e de desencadeamentos de processos de construção de consciência crítica em relação à conjuntura. Evidencia-se nas manifestações destes coletivos a necessária interrupção da estratégia de

destituição quase total dos direitos sociais das/os trabalhadoras e a exigência de desinstalação de uma elite que alcançou o poder através de práticas de corrupção acobertadas pelo Poder Judiciário, que hoje se caracteriza como uma nova ditadura civil-militar instalada desde o governo federal, aos estaduais e municipais, cuja inovação sem dúvidas, é seu fervoroso caráter evangélico pentecostal.

Ainda que estes coletivos não reiviniquem em suas pautas a transformação da estrutura da sociedade capitalista brasileira, nem mesmo do Estado liberal, elas se configuram como importantes sujeitos coletivos capazes de desencadear processos de consciência política que podem contribuir o fortalecimento da pauta dos movimentos e lutas sociais, que expressamente questionam a estrutura societária e buscam a sua transformação. Assim, constituem-se como uma espécie de 'intelectual orgânico' (GRAMSCI, 2006), com um caráter bastante contemporâneo, que lança mão das redes sociais, sem descuidar-se da materialidade das ruas.

Dentre as novas estratégias observadas no cenário das lutas sociais em Porto Alegre, há de se destacar, inclusive, a criação de um expressivo número de coletivos que possuem vinculação com partidos políticos. A maioria vincula-se a um ou mais partidos de esquerda e, por isso, a maioria expressa em suas pautas a defesa da transformação societária, outros defendem tão somente a mudança na estrutura do Estado. Um elemento característico comum entre eles é que são compostos predominantemente pela juventude.

Preliminarmente, percebe-se a necessidade de aprofundar os estudos e reflexões sobre estas novas estratégias de articulação, organização e militância que têm surgido, para que, ainda que surpresos com o seu surgimento, não se lhes retire a potencialidade de lutas pela transformação da estrutura societária – tal como os estudiosos dos finais dos anos 1970 se surpreenderam e, inicialmente, desacreditaram nos movimentos e lutas sociais e sindicais que começaram a eclodir de uma forma inovadora naquele período (SADER, Eder, 1988).

Por último, enquanto resultado preliminar, é importante sinalizar o quanto tem sido desafiador desenvolver esta pesquisa. São essencialmente duas as naturezas deste desafio. A primeira refere-se à própria natureza dos movimentos e lutas sociais em Porto Alegre neste momento da conjuntura nacional, que têm implicado diretamente em mudanças na formação sócio-histórica do Brasil – com correlações com os processos econômicos, políticos, sociais e culturais internacionais. A segunda relaciona-se com a estrutura bastante precária de fomento à pesquisa, a qual conta com apenas dois bolsistas remunerados (doze meses cada) e com uma bolsista voluntária (seis meses). A insuficiência de recursos financeiro das Universidades para investimento na pesquisa é resultado de uma posição histórica no país, que nunca

reconheceu a importância da pesquisa, situação que foi severamente agravada pelo corte de recursos dos últimos governos, especialmente do governo Bolsonaro. Uma das evidências é o valor da bolsa de Iniciação Científica que é de R\$400,00 (quatrocentos reais) e não tem correção monetária ou reajustes há cerca de uma década. Ressalta-se que é necessário articular este aspecto específico com os desafios que enfrentam a juventude universitária trabalhadora neste momento do país, pelejando boa parte dos seus dias e semanas para assegurar a reprodução social própria e da família – muitas vezes com seus familiares desempregados e sem quaisquer forma de renda – e dedicando-se para o ensino, a pesquisa e a extensão apenas nas ‘brechas’ que encontram em sua jornada. Soma-se a isso a dificuldade de visualizar possibilidades futuras, ou seja, a falta de perspectivas da juventude, materializadas, por exemplo, na Reforma da Previdência. Tudo isso tem comprometido seriamente a vida universitária desses jovens pesquisadores, visto que tais fatores causam agravos na sua saúde mental, devendo se considerados como determinantes sociais de saúde no espaço universitário. Isso considerado, por ora, passa-se à exposição de pequenas considerações a título de encerramento do trabalho.

### **3. ARREMATES INICIAIS DE UMA CONCLUSÃO QUE AINDA SERÁ COSTURADA**

Os dados apresentados no desenvolvimento deste trabalho possibilitam reafirmar a existência de movimentos e lutas sociais em Porto Alegre, os quais são bastante diversos em sua organização, demandas e pautas reivindicatórias. Possibilitou tal estudo perceber que há elementos comuns, que são potencializadores para a construção de uma unidade de luta, dos quais se destacam dois. O primeiro é a própria conjuntura, cujo processo de destituição de direitos atinge praticamente a toda população, logo, perpassa as classes sociais. São exemplos a violação das liberdades democráticas, a destruição da legislação trabalhista e de todo o sistema de seguridade social, com destaque para a reforma da previdência. Esta conjuntura expressa o avanço do conservadorismo, numa posição reacionária comandada pela elite e seguida por boa parte da população brasileira, destituída de autonomia pelo processo de alienação intensificado nos últimos anos com o uso das redes sociais, inclusive pela mídia tradicional. A percepção de que a situação conjuntural afeta, de certo modo, a todas e todos, faz com que surja e se fortaleça a defesa da construção da unidade política e de lutas para o enfrentamento deste quadro. O segundo elemento é a constatação de que não há no momento alternativas postas. Em decorrência, há o reconhecimento de que é preciso construí-las. Este é o elemento que mais exige cuidado e atenção, pois há

uma profusão ideológica e política que diferencia os movimentos e lutas sociais e os desafia para a construção da unidade pretendida.

Ainda que este quadro se apresente como desafiador, os movimentos e lutas sociais de Porto Alegre, assim como a Universidade, o serviço social e a história – enquanto profissões e área de conhecimento dos autores deste trabalho – fazem apostas concretas na possibilidade de transformação social através da luta pelos interesses e direitos, especialmente, da classe trabalhadora. Eis aqui a ideia final que se deseja destacar: entre a Universidade – em seu papel social – as profissões da área das humanas e sociais e as lutas e movimentos sociais o que une, certamente, é a pauta e o papel político de transformação desta realidade.

### Referências:

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 613-636.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. **Temporalis**, A. VIII, N. 16, Jul/Dez. 2008. p. 45-66.

\_\_\_\_\_. BAZARELLO, Rafael Dutra. Movimentos sociais e serviço social: termos do debate. **Temporalis**, A. 15, N. 29, Jan/Jun. 2015. p. 133-155.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. v. 3. 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v. 2. 4. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUAZZELLI, Amanda; ADRIANO, Ana Livia. Cotidiano, Serviço Social e sua dimensão ideopolítica: prospectivas de ação. **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014. p. 214-229.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Lutas sociais no campo e políticas públicas**: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas. Maceió: EDUFAL, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012, p. 729-753.

SADER, Eder. Movimentos sociais: notas para um debate. **Cadernos Abess**. N. 2. Educação Popular. ABESS/CEDEPSS, out./1988. p. 44-56.

SADER, Emir. Estado e movimentos sociais na América Latina. **Cadernos Abess**. N. 2. Educação Popular. ABESS/CEDEPSS, out./1988. p. 05-19.